

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – DECED  
CAMPUS DE ARIQUEMES**

**VÂNIA SANTOS DE ALMEIDA**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM DUAS  
ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES – RO**

**ARIQUEMES-RO  
2016**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – DECED  
CAMPUS DE ARIQUEMES**

**VÂNIA SANTOS DE ALMEIDA**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM DUAS  
ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES – RO**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia - Habilitação para séries iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Escolar da Universidade Federal de Rondônia, orientada pela Prof.<sup>o</sup>. Maria Norma Lopes Souza Silva

**ARIQUEMES- RO  
2016**

**Dados de publicação internacional na publicação (CIP)**

**Biblioteca setorial 06/UNIR**

A447p

Almeida, Vânia Santos de.

O processo de inclusão de alunos surdos em duas escolas públicas do município de Ariquemes-RO. / Vânia Santos de Almeida. Ariquemes-RO, 2016.

63 f.

Orientador (a): Prof.(a) Esp. Maria Norma Lopes Souza Silva.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Fundação Universidade Federal de Rondônia. Departamento Pedagogia, Ariquemes, 2016.

1. LIBRAS. 2. Surdos - educação. 3 Escola Inclusiva. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II. Título.

**CDU: 376**

Bibliotecária Responsável: Fabiany M. de Andrade, CRB: 11-686.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CAMPUS DE ARIQUEMES**

Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007  
Av. Tancredo Neves, 3450 - Centro/ Ariquemes-RO / Cep. 76.872-848  
Fone/Fax: (69) 3535-3563/ E-mail: [campusariquemes@unir.br](mailto:campusariquemes@unir.br)

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED**

**VÂNIA SANTOS DE ALMEIDA**

**"O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO  
MUNICÍPIO DE ARIQUEMES - RO"**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

**Banca Examinadora**

**Prof.ª Esp. Maria Norma Lopes Souza Silva – DINTEC/UNIR**

**Membro: Prof.º Dr. Idone Brighenti – DINTEC/UNIR**

**Membro: Prof.ª, Dr.ª. Juliana Nobrega – DECED/UNIR**

**Ariquemes-RO, 14 E SETEMBRO DE 2016.**

### **DEDICATÓRIAS**

Ao meu maravilhoso esposo, Mauricio dos Santos, que sempre me incentivou compreendeu as minhas ausências para a realização desde curso encorajando-me a enfrentar todos os momentos difíceis da minha vida. Com muito carinho também dedico a minha filha Sthefany Vitória Almeida dos Santos, que sempre foi o meu maior motivo de continuar os meus estudos. E a toda a minha família pela compreensão, apoio e contribuição para minha formação acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus pela força e coragem toda está longa caminhada;

A minha orientadora Maria Norma Lopes Souza Silva pela paciência, dedicação e incentivo que tornou possível a conclusão desta monografia;

Agradeço também a minha família pelo incentivo, principalmente nos momentos de dificuldades;

Ao meu esposo que de forma especial e carinhoso me deu força e coragem apoiando nos momentos de difíceis;

A todos os professores do curso de pedagogia que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia;

Aos alunos surdos das escolas pesquisadas que contribuíram para a minha pesquisa;

Agradeço a todos os meus colegas de classe pelas palavras amigas nas horas difíceis;

A todos que fizeram parte direta e indiretamente desta conquista, meus sinceros agradecimentos.

## **RESUMO**

A presente pesquisa de conclusão de curso apresenta uma análise realizada com professores regentes em sala inclusiva e Tradutores/Intérpretes que atuam com alunos surdos. Tem por objetivo analisar o processo de inclusão de alunos surdos na Educação Infantil em duas escolas públicas municipais de Ariquemes/RO. A pesquisa foi conduzida em uma perspectiva bilíngue que considera a Língua de Sinais como primeira língua e o Português escrito como segunda língua. A fundamentação teórica discute conceitos de autores renomados como: Capovilla; Raphael (2013), Fernandes (2012), Goldfeld (2012) entre outros. O estudo foi realizado em duas escolas públicas municipais de Ariquemes/RO, que atendem alunos surdos na educação Infantil. Para a coleta de dados, foram elaboradas treze questões adaptadas para as duas professoras e as duas Tradutoras/Interpretes, seguida de observações em sala de aula. Com o levantamento desses dados, foi possível concluir que, em uma das escolas pesquisadas, a falta de um profissional capacitado, influencia negativamente no desenvolvimento do aprendizado do aluno surdo resultando no fracasso escolar. Mas, há presença de uma equipe de profissionais capacitados e comprometidos, proporcionam um processo de inclusão de alunos surdos em sala regular inclusiva.

**Palavras- chave:** LIBRAS. Surdos. Escolas Inclusivas.

## **ABSTRACT**

This course completion research presents an analysis carried out with school teachers in inclusive room and Translators / Interpreters who work with deaf students. It aims to analyze the process of inclusion of deaf students in Early Childhood Education in two public schools in Ariquemes/RO. The research was conducted in a bilingual perspective that considers the sign language as a first language and written Portuguese as a second language. The theoretical concepts discussed by renowned authors like: Capovilla; Raphael (2013), Fernandes (2012), Goldfeld (2012) among others. The study was conducted in two public schools in Ariquemes / RO, serving deaf students in early childhood education. For data collection were prepared thirteen questions adapted to the two teachers and two Translators / Interpreters, followed by observations in the classroom. With the lifting of these data, it was concluded that, in one of the schools surveyed, the lack of a skilled professional, negatively influences the development of the deaf student learning resulting in school failure. But there is the presence of a team of qualified and committed professionals provide a process of inclusion of deaf students in inclusive regular room.

**Key words:** LIBRAS. Deaf. Inclusive Schools.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS .....</b>	<b>10</b>
2.1	Oralismo.....	10
2.2	Comunicação Total .....	12
2.3	Bilinguismo.....	13
2.4	Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS .....	16
<b>3</b>	<b>A ESCOLA E A ACESSIBILIDADE EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>20</b>
3.1	As Políticas Públicas de Educação de Surdo.....	20
3.2	Educação Escolar de Alunos Surdos.....	23
3.3	Intérpretes de LIBRAS em Salas Inclusivas .....	25
3.4	Professor ou Instrutor de LIBRAS .....	27
3.5	Professor de Língua Portuguesa Escrita.....	29
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>32</b>
4.1	Local Pesquisado .....	32
4.2	Participante da Pesquisa .....	32
4.3	Instrumento da Pesquisa .....	32
4.4	Procedimentos .....	33
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>34</b>
5.1	Análise e Discussões a Partir das Informações dos Professores Regente.....	34
5.2	Análise e Discussões a Partir das Informações dos Tradutores/Intérprete de LIBRAS-Português.....	42
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>50</b>
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	52
	APÊNDICES .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de conclusão de curso tem como principal objetivo entender o processo de inclusão de alunos surdos na Educação Infantil em duas escolas públicas municipais de Ariquemes. Além de refletir sobre a realidade da educação dos surdos, também buscou compreender em que medida a escola está preparada para atender aos alunos de maneira inclusiva, bem como a sua estrutura e profissionais capacitados, segundo a legislação vigente.

A escolha desse tema surgiu através da disciplina de LIBRAS, ofertada no curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Rondônia - Campus de Ariquemes. Os conteúdos apresentados nessa disciplina descreveram diversos aspectos linguísticos e culturais pertinentes a Surdez, despertando assim, o interesse de participar do curso de LIBRAS ofertado pela Universidade Federal de Rondônia, bem como fazer uma pesquisa relacionado a inclusão de alunos surdos no ensino regular.

A inclusão dessas pessoas se apresenta como um fator novo para a maioria dos professores e profissionais ligados a educação, surge como um grande desafio para todos, pois uma escola inclusiva deve oferecer o aluno surdo possibilidades de aprendizagem caso contrário estará realizando uma suposta inclusão. Pela percepção da necessidade de aprofundar conhecimento e construir novos saberes sobre a rede de inclusão na rede de ensino nos anos iniciais da educação infantil e trazer à tona alguns questionamentos sobre esse processo de inclusão e ensino aprendizagem é que surge o interesse por essa pesquisa.

Para coletar informações foram realizadas entrevistas com duas professores e duas tradutores/intérpretes que atuam em salas inclusivas da educação básica municipais de Ariquemes e também observações em sala de aula que contribuíram para a o desenvolvimento dessa pesquisa.

Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados, autores renomados como: Capovilla; Raphael (2013), Fernandes (2012), Goldfeld (2012) entre outros. Para tanto privilegiou-se por pesquisas em livros, artigos científicos,

Legislação específicas ao direitos dos surdos, com foco especial na educação e sua trajetória histórica, fontes bibliográficas, monografias, teses e dissertações relativas ao tema.

A pesquisa está organizada em seis seções: A primeira seção uma breve introdução, a segunda nos traz sobre uma breve trajetória histórica da educação dos surdos, na sequência a terceira seção aborda a escola e a acessibilidade em busca de uma educação inclusiva, na quarta seção será exposta a metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, a quinta seção apresenta os resultados e discussões relacionados aos questionários realizadas as professoras e as tradutoras/intérpretes.

Enfim na sexta seção serão destacadas as considerações finais, levando em consideração o embasamento teórico e os dados coletados através de uma pesquisa empírica, no qual contribuiu para o análise do processo de inclusão desses alunos surdos e proporcionou uma visão sobre a realidade de inclusão de alunos surdo na educação infantil no ensino regular municipais de Ariquemes.

## 2 BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

### 2.1 Oralismo

A educação dos surdos foi marcada por uma época de ampla valorização e aceitação dos sinais ou gestos. Por volta do século XVIII havia apenas dois métodos de comunicação estabelecidos para o ensino dos surdos: “O Método francês do abade de l’Epée, em Paris, que baseava-se num sistema, algo artificial de sinais, e o Método Alemão de Heiniche, em Hamburgo, que enfatizava o desenvolvimento da oralização” (CAPOVILLA; RAPHAEL, p.1481).

A difusão do Oralismo puro intensificou por volta do século XIX, com isso gerou-se uma forte oposição entre o método francês e o alemão. O método oralista tornou dominante em toda a Europa, através da participação direta de Alexander Graham Bell, gênio tecnológico da época, que criou o telefone, trabalhou em protótipos de aparelhos de amplificação sonora para surdos, com o objetivo de tornar o método oral dominante (FERNANDES, 2012).

Com o avanço desse método, defensores do ensino oralista organizaram um congresso internacional de educadores surdos em Milão na Itália, no ano de 1880. Ao final desse evento, realizou-se uma votação, cujo objetivo era proibir oficialmente a língua dos sinais na educação dos surdos. Ainda, resoluções estabelecidas, após a votação, determinaram que a Língua de Sinais fosse oficialmente proibida nas escolas, resultou na extinção da comunidade surda das diversas instituições de ensino (CAPOVILA; RAPHAEL, 2013).

Entretanto, países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, resistiram à proibição da língua de sinais, mantendo assim, o ensino voltado para alunos surdos por meio da Língua de Sinais. Já os organizadores, a grande maioria franceses e italianos, aderiram o ensino puramente oral estabelecendo-o como principal método de ensino para os alunos surdos. Deste modo a língua de sinais foi se distanciando da comunidade surda, sendo totalmente excluída do currículo escolar (PERLIN; STROBEL, 2006).

Nas instituições de ensino, o processo de estimulação da língua oral, consiste em submeter a criança a um processo de reabilitação, por meio de uma

treinamento auditivo, ou seja, aproveitar os resíduos aditivos que o surdo possui. Esse procedimento deve iniciar precocemente e dura em torno de 8 a 12 anos, de acordo com a característica individual da criança. Caso apresente uma perda auditiva com um resíduo que possibilite a comunicação, o treinamento é direcionado para possibilitar o domínio de regras gramaticais e domínio da língua oral (GOLDFELD, 2012).

Dilli (2010, p. 24), contrasta o processo de educação dos surdos, antes e após o Congresso de Milão:

Antes do Congresso, os sujeitos surdos eram bem sucedidos; a língua de sinais era mais valorizada, os surdos não tinham problemas com a educação e dominavam a escrita e as artes. Mas, a partir do Congresso, o cenário mudou radicalmente, fazendo com que os professores surdos perdessem seus empregos; as línguas de sinais foram forçadamente substituídas por métodos orais; a qualidade da educação dos surdos diminuiu, sendo um fracasso a educação de surdos devido à predominância do oralismo puro na forma de ouvintismo.

Ao banirem a Língua de Sinais do meio surdo, o olhar do ouvinte para suas diferenças, passou a ser visto como um empecilho. Suas fracassadas tentativas em não obter sucesso em alcançar uma identidade ouvinte, levam ao seu sofrimento em meio a organização social. A partir desse momento, o surdo passa a sentir na pele a inferioridade diante da sociedade, um enfraquecimento enquanto comunidade, sendo considerada uma pessoa com limitações cognitivas, intelectuais e privada de uma língua no qual pudesse expor suas ideias (MOURA, 2008).

Mesmo com a proibição dos sinais, os surdos comunicavam-se entre si nos “intervalos das aulas, às escondidas dos professores em seus grupos, onde criavam seu próprio sistema de sinais” (DILLI 2010, p.25). Essa interação contribuiu para que alguns surdos se rebelassem contra os processos terapêuticos desenvolvidos nas escolas, pois preferiam comunicarem-se por meio de gestos e sinais, modelos educativos propostos por professores franceses onde surdos comunicavam com eficiência em sua própria língua (SKILIAR, 2001).

Os resultados do processo oral de ensino proposto aos surdos, continuavam em decadência. Os surdos não avançavam nos conteúdos escolares e nem mesmo em seu processo de comunicação, tornando necessário obter novas alternativas de ensino que os proporcionassem um mecanismo de comunicação alternativo (GESSER, 2009).

## **2.2 Comunicação Total**

Na tentativa de diminuir os fracassos instaurados na educação dos surdos, surgiu no ano de 1970, a filosofia denominada Comunicação Total, que propunha o uso contínuo da oralidade agregando outros mecanismos de comunicação. Como descrevem Capovilla; Raphael (2013, p.1483):

O uso de todos os meios que possam facilitar a comunicação, desde a fala sinalizada, passando por uma série de sistemas artificiais, até chegar aos sinais naturais da Língua de Sinais. [...] A Comunicação Total advoga o uso de um ou mais desses sistemas, juntamente com a língua falada com o objetivo básico de abrir canais de comunicação adicionais.

A Comunicação Total tem como objetivo básico manter a comunicação de ouvintes com os surdos. A proposta inicial era usar qualquer forma de comunicação que funcionasse para transmitir vocabulário, linguagem e ideias entre o falante e a criança surda. Como destaca Goldfed (2012, p.38):

Esta filosofia também se preocupa com o aprendizado da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos, cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por esse motivo essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação.

Essa corrente usa uma combinação de fala com sinais, conservando a estrutura da língua oral. Para Brito (1995), nessa abordagem “não se utiliza língua alguma”, o que há, portanto, é uma combinação entre as duas expressões (visual e sonora) sem uma construção de uma nova linguagem. A compreensão

da fala oral refere-se a um sinônimo de expressão de uma ideia e informação cultural ouvinte, não surda.

De fato, não se pode negar o valor dos métodos da Comunicação Total para visualização da língua falada em uma série de áreas de aplicação para o ensino da língua escrita. No entanto, havia outros aspectos críticos em que os problemas começavam a acumular-se. Tais diziam a respeito do fato de que, embora, por princípio, a Comunicação Total apoiasse o uso simultâneo da Língua de Sinais com sistemas de comunicação oral, na prática, tal conciliação nunca foi e nem seria efetivamente possível, devido à natureza extremamente distinta da Língua de Sinais, natureza essa composta por uma estrutura visual e linguística diferente dos sinais estabelecidos pela comunicação total (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2013).

Deste modo, o modelo de Comunicação Total tornou-se obsoleto, novas alternativas de ensino surgiram, não só pelo fracasso escolar dos surdos, mas também pela influência dos movimentos multicultural, minorias surdos, que lutaram incansavelmente pela preservação da sua cultura e identidade (MOURA, 2008).

Ressalta Capovilla e Raphael (2013) que a Comunicação Total, utilizava sinais para auxiliar a língua oral e escrita, porém, os surdos não a consideravam uma língua em seu próprio direito, sendo que a língua falada e sinalizada não era suficiente para intermediar a comunicação dentro da comunidade que acabava de abrir os olhos à riqueza da Língua de Sinais.

## **2.3 Bilinguismo**

O Bilinguismo, como proposta de educação para surdos, surgiu na Suécia, no ano de 1970 e passou a ser instituída no Brasil em 1980, agregando adeptos em todo o mundo em 1990 (GOLDFELD, 2002). Essa educação que compreende a utilização de duas línguas: a Língua de Sinais e a língua oficial dos país (FERNANDES, 2012).

No Brasil, mais especificamente no ano 1980, a pesquisadora Lucinda Ferreira Brito, iniciou as investigações na área da Língua de Sinais. Mesmo com seus estudos e avanços sobre a Língua, a construção de um Bilinguismo para surdos no Brasil ainda encontra-se em processo de construção, mesmo diante de legislação específica para surdos (MOURA, 2008).

Com a Lei 10.436/2002, mais precisamente em seu Art. 1º, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS foi reconhecida como meio de “comunicação e expressão, um sistema linguístico de natureza visual com estrutura gramatical própria, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. Ainda no parágrafo único há uma ressalva: “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”.

Para o Bilinguismo, a L1 (primeira língua) dos surdos é a Língua de Sinais e a língua falada ou escrita a ser adquirida, que é o Português, é tida como L2 (segunda língua). A Língua de Sinais é considerada a língua natural dos surdos. Língua natural é aquela que os indivíduos adquirem na interação com outros, sem precisar de muito esforço e de um trabalho sistematizado. As pessoas surdas adquirem a Língua de Sinais como os ouvintes adquirem o português oral, de forma natural (COSTA, 2003).

Para o aprendizado da Língua de Sinais de forma natural, o surdo necessita que a família exerça um papel fundamental nesse processo, pois, sabe-se que 95% dos surdos são provenientes de famílias ouvintes. Deste modo, é indispensável que após ao diagnóstico da surdez, a família busque o aprendizado na Língua de Sinais para estabelecer uma comunicação com o seu filho surdo no ambiente familiar no qual propiciará um desenvolvimento maior ao ser inserido no ambiente escolar (QUADROS, 2008).

Conforme relata Goldfeld (2002), essa proposta bilíngue apresenta uma característica mais adequada ao ensino dos alunos surdos, justamente porque valoriza a Língua de Sinais. Sua aquisição deve ocorrer, preferencialmente, pelo convívio com adultos surdos que dominem sua língua.

Entretanto, no processo de ensino para surdos, os profissionais devem estar atentos a um ponto: encontram-se diante de duas línguas de modalidades diferentes, uma espaço-visual e outra oral-auditiva, nas quais necessitam ter



conhecimentos prévios das duas línguas envolvidas para propiciar um ensino bilíngue (FERNANDES, 2012).

Nesse sentido, Quadros (1997, p.17), descreve que a:

Proposta de ensino usada nas escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Entretanto, Pereira (2013), ressalta um grande problema relacionado ao processo de ensino da segunda língua: quando essas crianças chegam à escola, enfrentam diversas dificuldades relacionadas ao método de alfabetização, uma vez que, o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa ocorre sem que os surdos tenham tido acesso a aquisição da primeira língua, a Língua de Sinais.

No Decreto nº. 5626/2005 do artigo 5º, prevê que os alunos surdos terão direito a uma escola bilíngue com professores bilíngues, aquelas em que a libras e a modalidade escrita da língua portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo, proporcionando assim, um ambiente de ensino propício aos surdos. Neste ambiente, os profissionais devem ter conhecimento das particularidades linguísticas que envolvem o ensino da língua na modalidade escrita para surdos.

As pesquisas realizadas por Goldfeld (2012) apontam para diversas discussões em torno do modelo educacional da criança surda. Por diversas vezes essa educação é vista como aquela que deve acontecer dentro da escola com alunos ouvintes, bem como, os serviços de tradutor/intérprete de libras e língua portuguesa escrita e o ensino da Libras para os demais alunos da escola.

A presença do professor surdo ou profissional ouvinte fluente na LIBRAS nos ambientes de ensino, faz-se necessário pelo fato de que grande parte das crianças surdas estão inseridas num contexto familiar de pessoas que não são usuários da Língua de Sinais e ao ingressarem à escola, apresentam uma linguagem estabelecida na interação entre esses familiares e ainda, como estes

fazem uso da oralidade, o surdo chega à escola sem os conhecimentos de uma língua natural (PEREIRA, 2014).

Quanto ao ensino da Língua Portuguesa oral para os surdos, o Decreto 5626/2005, no Art. 16 apresenta a maneira e o ambiente em que esse ensino deve ocorrer:

A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Para o processo de aprendizagem da Língua Portuguesa escrita, o ideal é que a criança surda deve aprender a Língua de Sinais no ambiente familiar, pois esse meio é apropriado para a obtenção da linguagem e a capacidade de simbolização. Após essa base linguística consolidada, inicia-se o processo de ensino de língua portuguesa escrita na escola, de preferência desde a educação infantil, sendo aprendido através de metodologias voltadas ao ensino da segunda língua (FERNANDES, 2012).

## **2.4 Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS**

A Língua Brasileira de Sinais é a língua utilizada por pessoas surdas que vivem no Brasil e tem como sigla a LIBRAS. O que chamamos de palavra na língua oral chamamos sinais na LIBRAS. Longe de ser gestos ou mímicas, pois a Língua de Sinais não possui tais características específicas FELIPE, 2007).

A partir da Lei nº 10.436/ 2002, a LIBRAS foi reconhecida legalmente como meio de comunicação e expressão. Esta lei tem como principal objetivo o reconhecimento da LIBRAS como forma de garantia do direito à educação aos surdos:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

De acordo com Gesser (2009), as línguas de sinais não são universais. Cada país possui a sua própria língua de sinais, que apresenta uma variação regional, social e histórica. O que é universal é a forma que os surdos possuem de se comunicarem através das mãos no momento da sinalização.

As línguas de sinais, assim como qualquer outra língua, são independentes umas das outras, assim como afirma Alves (2010), da mesma forma da Língua oral a LIBRAS possui gramática própria, compostas dos seguintes aspectos linguísticos: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático. Isto revela que a LIBRAS excede a ideia de que esta seja apenas gestos ou mímicas, uma maneira de comunicação entre os deficientes auditivos (QUADROS e KARNOPP, 2004).

Os articuladores primários da Língua de Sinais são as mãos, que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam sinais em determinadas locações nesse mesmo espaço. Um sinal pode ser articulado com uma ou duas mãos e, o mesmo sinal pode ser articulado tanto com a mão direita quanto com a mão esquerda (ALVES, 2010). Assim, a LIBRAS é produzida pelas mãos, embora o movimento do corpo e da face também desempenham funções fundamentais. Esses cinco parâmetros fonológicos na Língua Brasileira de Sinais são exemplificados por Quadros e Karnopp (2004) e demais autores, do seguinte modo:

**Configurações das mãos:** São diversas formas das mãos que são utilizadas na realização de sinais. De acordo com Brito (1995), as primeiras pesquisas realizadas no Brasil ocorreram através de dados coletados entre surdos sinalizantes que residiam em diversas capitais brasileiras. Com a finalização dessa coleta, identificaram quarenta e seis (46) configurações de mãos.

Com as pesquisas de Faria-Nascimento (2009), as configurações de mãos que temos atualmente correspondem a um número de aproximadamente setenta e cinco (75), utilizadas por Surdos no território Nacional.



Figura 1 – As 75 Configurações de Mãos em LIBRAS

Fonte: (FARIA-NASCIMENTO, 2009, p 44)

**Ponto de articulação:** nas pesquisas desenvolvidas por Quadro e Karnopp (2004, p.57) a locação é o “espaço em frente ao corpo ou na região do próprio corpo, onde os sinais são articulados”. Na LIBRAS, esse espaço de enunciação é uma área que contém todos os pontos dentro do raio de alcance das mãos em que os sinais são articulados. O espaço é considerado ideal, no sentido de que se considera que os interlocutores estejam face a face no momento da realização dos sinais.

**Movimento:** constitui um “parâmetro complexo que pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso, os movimentos direcionais no espaço até conjuntos de movimentos no mesmo sinal”. Para que haja movimento, é preciso haver objeto e espaço. Nas línguas de sinais, a(s) mão(s) do enunciador representa(m) o objeto, enquanto o espaço em que o movimento se realiza é a área em torno do corpo do enunciador (BRITO, 1995).

**Orientação da palma das mãos:** representa a direção da palma da mão durante a realização do sinal. Atualmente há seis tipos de orientações: palma

para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a esquerda ou para a direita. Durante a execução do sinal, pode haver mudança na orientação da palma da mão (PIMENTA e QUADROS, 2007).

**Expressões não manuais:** Diversos sinais compostos com os parâmetros mencionados acima, têm como elemento diferenciador também a expressão facial e/ou corporal, traduzindo sentimentos e dando mais sentido ao enunciado e em muitos casos determina o significado do sinal” (SILVA, p. 55, 2002). Ou seja, através das expressões podem expressar as diferenças entre sentenças afirmativas, interrogativas, exclamativas ou negativas apresentadas na língua oral (QUADRO E KARNOPP, 2004).

Sendo assim, é através da Língua de Sinais que ocorre a comunicação das pessoas surdas com fluência na LIBRAS. Quanto mais cedo o surdo tiver contato e aprender a Língua de Sinais, mais rápido será sua aprendizagem (STROBEL, 2007).

### **3 A ESCOLA E A ACESSIBILIDADE EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

#### **3.1. As Políticas Públicas de Educação de Surdo**

A inclusão no Brasil teve influência através de dois eventos educacionais que discutiram o fracasso escolar. O primeiro evento aconteceu na Tailândia em 1990, através da Conferência Mundial de Educação para Todos. Durante esse encontro foram discutidos necessidade do desenvolvimento de uma política educacional de qualidade que possibilitasse atendimento efetivo com número maior de crianças na escola (SILVA, 2009).

A Declaração de Salamanca que ocorreu na Espanha no ano de 1994, teve como objetivo, garantir a educação de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no conjunto de um sistema regular de educação. Esse documento em seu artigo 19 afirma que:

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escola regulares (SALAMANCA, 1994, p.18).

Outro documento a ser considerado é a Constituição Federal de 1988, que garante: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Logo, no artigo 205, determina que a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 208, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O direito à educação está ainda assegurado no Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (1990, p. 30), conforme o Art. 53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando – se - lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, informa que deve ser oferecida uma educação de qualidade, gratuidade e, para as crianças que possuem necessidades educativas especiais deve ser atendido na rede regular de ensino, para promover a inclusão.

Com as iniciativas estabelecidas pelos surdos através de movimentos sociais, houve uma série de ações para disseminar e transformar em lei o reconhecimento de que a língua na qual utilizam, fosse reconhecida, culminando assim na Lei Federal 10.436, 24/04/2002, que declara nos seus primeiros artigos:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

A partir da Lei nº 10.436/2002, a LIBRAS foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, mas apenas a partir do Decreto nº 5.626/2005, que a lei foi regulamentada. A presente lei tem como principal objetivo o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como forma de garantia do direito à educação aos surdos. Ficando assegurado, a partir da lei, a inclusão

da LIBRAS como disciplina curricular obrigatória, nos cursos de licenciaturas, fazendo com que haja uma formação especializada de professores e de instrutores de LIBRAS, para que, dessa forma, seja possível haver a difusão da LIBRAS e da Língua Portuguesa, como meio de garantir o acesso dos surdos à educação. Outro fator importante diz respeito à formação do intérprete (DILLI, 2010).

A Lei 12.319/2010, regulamenta o exercício da profissão de tradutor/intérprete de língua brasileira de Sinais-LIBRAS. No Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e possuir habilidade em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (BRASIL,2010).

Ainda, a lei 13.005 de 25 de junho de 2014, o Art. 214 estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE, que objetiva definir diretrizes, metas e estratégias de implementação para assegurar o desenvolvimento do ensino por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam. Na Meta 4.7, propõem:

Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos - cegos (BRASIL, 2014).

Ao disponibilizar o tradutor e intérprete de LIBRAS na educação básica ou superior, a lei 13146 de 16 de julho de 2015, artigo 28, inciso XI, reafirma a obrigatoriedade de oferta desse profissional nas Instituições de Ensino:

[...], I- Os tradutores e intérpretes de Libras atuantes na educação básica vêm, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;  
II- Os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.



Deste modo, Gotti (2006) explica ainda que a lei 10.436/2002 e o decreto 5626/2006, foram fundamentais para a modificação da educação dos surdos brasileiros, mas é inegável que foi a partir da publicação do decreto que teve início um intenso processo de execução de tais políticas.

### **3.2 Educação Escolar de Alunos Surdos**

A legislação brasileira aponta uma nova visão de atendimento aos educandos surdos, excluindo a condição a qual esses alunos eram atendidos; ou seja, o tratamento antes utilizado como forma de educar, e passa a atender as pessoas surdas, levando em consideração e suas especificidades linguísticas. Fazendo, com que a inclusão seja um conjunto de políticas que pretende, por meio de ações a serem efetivadas pelo Estado, ações essas, que possibilitam “o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem” (DAMÁZIO,2007, p.13).

A educação inclusiva consiste em um sistema de ensino que atende a todos, estabelecendo um novo posicionamento das Instituições de ensino quanto à reestruturação do ambiente, a capacitação dos professores, a reformulação das políticas educacionais e implementação de projetos educacionais inclusivos (ALBRES,2010).

Ao referir-se sobre a organização do ambiente escolar, Albres (2010, p.63) diz que:

A inclusão e acessibilidade dos surdos à educação não se resumem a inseri-los em uma escola de alunos ouvintes; e, quando possível, contratar um intérprete de Libras. Há também as adaptações dos interlocutores no espaço físico, dos materiais, das estratégias em sala de aula, assim como formação continuada dos professores, contratação de professores especializados (intérprete, professor de Libras, professor de Língua Portuguesa como segunda língua), organização do horário para realização das atividades complementares com o professor especializado.

Para essa proposta de educação, o ensino bilíngue compreende o uso de duas línguas no ensino de surdos, a Libras e a Língua Portuguesa escrita. Nesse processo de ensino, o ideal é que o aluno aprenda primeiro a Libras como

língua materna dentro do seu contexto familiar, período que ocorreria até os 03 anos de idade, e então após ter se apropriado dessa base linguística, começaria a aprender então o Português escrito, tendo uma metodologia voltada para o ensino de uma segunda língua, na modalidade de língua estrangeira (FERNANDES, 2012).

Neste sentido, Fernandes (2006), menciona que a escola inclusiva tem o compromisso com o respeito ao acolhimento às diferenças individuais, o que sugere reconhecer a diferença linguística relativa aos surdos que, pela falta da audição, necessitam do acesso a experiências linguísticas intercedidas por uma língua visual espacial, a língua brasileira de sinais.

Segundo a Lei Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica LDBEN (2001), os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

O processo de inclusão dos alunos surdos, deve ocorrer desde a educação infantil até a educação superior, com a utilização de recursos necessários para superar suas necessidades básicas no processo educacional, desfrutar seus direitos, exercer sua cidadania de acordo com os princípios constituintes do país (DAMÁZIO, 2007).

Em relação a organização do ambiente escolar para atender alunos surdos, a autora supracitada, destaca a necessidade de mudanças na proposta curricular, que visam um currículo inclusivo com a garantia da acessibilidade na comunicação. Para tanto, é necessário que sejam disponibilizados diversos profissionais, que sejam responsáveis pelas modalidades linguísticas utilizadas com alunos surdos.

Ainda o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 descreve a equipe de profissionais para atender os alunos surdos: os professores de Libras, os tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa e os professores para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas, ou seja, os professores bilíngues (BRASIL, 2005).

### 3.3 Intérpretes de LIBRAS em Salas Inclusivas

De acordo com o dicionário Aurélio (2004), interprete significa traduzir a palavra oralmente de uma língua para outra e estabelecer uma comunicação entre duas ou mais pessoas que não falam a mesma língua. Relacionado a educação de surdos, o intérprete de libras é o “profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete” (QUADROS, 2004, p.27).

Com a criação da Lei 12319/2010, Art. 1º essa Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, prevê que a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de cursos superiores de tradução e interpretação com habilitação em Libras – Língua Portuguesa, ou através de Proficiência na Língua de Sinais - PROLIBRAS (BRASIL, 2005).

Com a regulamentação da Lei 10.436/2002, através do Decreto nº 5.626/05, o intérprete de LIBRAS passou a atuar nas instituições de ensino, proporcionando aos alunos surdos, o acesso aos conteúdos curriculares em todas as atividades pedagógicas desenvolvidas no estabelecimento de ensino. Também a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Libras, e ainda em seu artigo 7º, descreve a sua postura desse profissional:

[...], O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos e ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

- I- Pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- II- Pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- III- Pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe coube traduzir;
- IV- pelas posturas e condutas adequadas aos ambientes;
- V- Pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que eles necessitem;
- VI- Pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda (BRASIL, 2010).

Além disso, o profissional precisa ser qualificado especificamente para atuar na área, precisa ter domínios dos processos, modelos, estratégias, das técnicas de tradução e interpretação própria como formação específica na área de sua atuação (ALBRES, 2010).

O professor regente deverá saber o valor e limites de sua interferência no ambiente escolar, para dar esclarecimentos e orientação aos que necessitam de seus conhecimentos específicos. Outro aspecto importante refere-se à conduta profissional adotada pelo tradutor Intérprete durante a sua atuação profissional, nos quesitos responsabilidade, assiduidade, pontualidade, posicionamento no espaço de interpretação, aparência pessoal, domínio de suas funções, interação com os alunos, postura durante as avaliações (DAMÁZIO, 2007, p.51).

Com regulamentação da profissão do tradutor/intérprete de LIBRAS–Português, por meio da Lei nº 12.319/2010, no artigo 6º, expõe as atribuições desse profissional no exercício de suas competências:

- I- Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos - cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II- Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais- Língua Portuguesa, as atividades didáticas- pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior de formação a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.

O intérprete deve dominar a Língua brasileira de sinais e Língua Portuguesa. O conhecimento de outras línguas como o inglês, Espanhol, língua de sinais Americana pode auxiliar no momento da interpretação para língua Brasileira de Sinais ou vice-versa. Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, isso significa ter domínio dos processos dos modelos das estratégias e técnicas de tradução e interpretação (QUADROS, 2004).

O tradutor/interprete tem a função de intermediar apenas a comunicação entre surdos e ouvintes, e não cabe a ele exercer a função de professor dos alunos surdos em sala regular. Deste modo, o professor e os alunos surdos desenvolvam entre si interações sociais e habilidades comunicativas, de forma

direta evitando-se sempre que o aluno surdo, dependa totalmente do interprete para haver uma comunicação (DAMÁZIO, 2007, p.50).

Segundo Lacerda (2009, p.25 a 26), o decreto nº 5.626, garante o direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, no artigo 22, afirma que:

[...]. As instituições responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos através de escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngue, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino Fundamental, deixando claro que nesse nível de ensino o ILS não teria papel, já que se prevê professor bilíngue. Nessa etapa da educação o ensino deve ser ensinado como segunda língua. A perspectiva inclusiva da escola permanece aberta, provendo assim interação entre surdo e ouvintes, além disso, nas salas com língua de instruções libras é aceita a presença de ouvintes, desde que conheçam a libras para acompanhar os conteúdos ministrados.

Em relação à atuação, o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação. Considerando a realidade brasileira na qual as escolas públicas e particulares têm surdos matriculados em diferentes níveis de escolarização, seria impossível atender às exigências legais que determinam o acesso e a permanência do aluno na escola sem a presença de intérpretes de língua de sinais especializado (QUADROS,2004).

Enfim, o tradutor/intérprete é apenas um mediador da comunicação não um facilitador da aprendizagem, esses papéis são diferentes precisam ser devidamente distinguidos e respeitados nas escolas de nível básico e superior de ensino (DAMÁZIO,2007).

### **3.4 Professor ou Instrutor de LIBRAS**

Conforme o Decreto 5.626/ 2005, é direito das pessoas surdas o acesso ao aprendizado da língua de sinais desde a educação infantil até ao longo das demais etapas da educação básica, contando com a presença de um profissional

habilitado, preferencialmente surdo. De acordo com esse Decreto, o termo professor surdo e instrutor surdo são definidos das seguintes formas:

Professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação. Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo ministério da Educação (SANTOS e GURGEL, 2014, p.52).

O Decreto nº 5.626, de 22, de dezembro de 2005, prevê que a formação de docentes para o ensino de Libras na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental seja curso em nível médio na modalidade normal ou curso de pedagogia ou ainda curso normal superior; já para o ensino nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Superior, deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras e Língua Portuguesa com segunda língua (ALBRES, 2010).

O professor e o instrutor de Libras organizam o trabalho do atendimento educacional especializado, respeitando as especificidades dessa língua, principalmente o estudo dos termos científicos a serem introduzidos pelo conteúdo curricular (DAMÁZIO, 2007, p.32).

A língua de Sinais é de suma importância para os processos de desenvolvimento de linguagem e aprendizagem da criança surda, porém é por meio dessa que ela vai ter acesso ao conhecimento e interagir com o mundo. O profissional responsável pelo ensino deve ser o professor ou instrutor do surdo, de acordo com o último documento oficial, é aquele que tem pleno domínio da língua de sinais para que possa transmiti-la a seus alunos surdos ou ouvintes (SANTOS e GURGEL, 2014).

A importância da identificação surdo-surdo é que ela faz nos entender as diversas posições assumidas pelo sujeito para se identificar ao outro e valorizar o seu ser, logo o sujeito surdo inicia a produção cultural. Assim a identificação surda envolve um processo pela qual um surdo se identifica com o outro seja

pela língua de sinais, cultura, diferença do ser o que é um aspecto central para o sujeito que está atuando. Entretanto essa questão da afirmação não há como explicar é um termo em questão. O que os professores surdos guardam em sua identidade, faz os alunos surdos se identificar com sua cultura, assumir suas diferenças usar a língua de sinais e perceber sua alteridade é algo importante (REIS,2006).

No ambiente educacional, para que o desenvolvimento de uma criança surda ocorra de modo semelhante ao de uma criança ouvinte, a escola deve ofertar o professor ou instrutor surdo para que ela possa interagir com sujeito adultos, fluentes em LIBRAS, que insiram através de relações sociais significativas e por meio de uma língua que defenda a sua condição linguística. Será por meio das interações estabelecidas com a criança surdas ou adultos surdos, que ela desenvolverá e constituir sujeito da linguagem (LACERDA e LODI, 2014).

Um ambiente bilíngue implica o conhecimento da língua de sinais pelo número máximo de pessoas na escola, não apenas pelo aluno surdo e seu professor. Nesse contexto, vale lembrar a necessidade que as escolas encontram com instrutores ou professores de Libras, preferencialmente surdos, com finalidade que atua como exemplos para, identificação linguístico-cultural das crianças surdas sendo responsável por difundir, ensinar a língua de sinais na escola e na comunidade (FERNANDES,2012).

### **3.5 Professor de Língua Portuguesa Escrita**

Para que o surdo possa desenvolver o aprendizado de uma segunda língua na modalidade escrita, o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu capítulo VI, garante ambientes propícios de ensino como:

Escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Esse professor ouvinte, com formação em LETRAS e fluente na LIBRAS, desenvolverá o ensino de português escrito como base em metodologias de ensino de segunda língua para os surdos (FERNANDES, 2012, p.105). Para esse processo, a criança deve ter contato com a língua portuguesa de forma funcional, a partir de objetos familiares para ela constitui uma relação com as palavras e os objetos (KUBASKI; MORAIS, 2009).

Para desenvolver a leitura e escrita, a crianças surdas assim como todas as outras precisam ter conhecimento do mundo, além dos conhecimentos internalizados, de forma que possam recontextualizar o escrito e fluir sentido. Precisa ter conhecimento sobre o processo da escrita para que possam encontrar as palavras, estruturas das orações assim como para criar estratégias que lhes permitam uma compreensão sobre os textos lidos. Para isso, torna se necessário o uso de materiais de leitura com baixo nível apresentados aos alunos surdos, pois assim contribui-se em grande parte para as dificuldades de leitura que eles apresentam (KUBASKI; MORAIS, 2009).

A escola ignorou por muito tempo a especificidades dos alunos surdos, trabalhando com eles da mesma forma que trabalhava com os ouvintes, utilizados os mesmos materiais e métodos, submetendo-os a um processo da língua escrita por meio de uma prática estruturada, que procedeu as restrições dos vocabulários, entre elas o uso das frases estereotipadas, nas quais faltam elementos interligados que atrapalham efetivamente o uso da língua. Ou seja, se a pessoa surda não tiver um domínio da língua, certamente encontrará dificuldade na compreensão de várias palavras do texto (KUBASKI; MORAIS, 2009).

A maneira mais apropriada para estabelecer a comunicação com as pessoas surdas seria por meio da língua de sinais, pela modalidade visual-espacial que privilegia seus potenciais. No entanto, ao se deslocar dessa forma a comunicação pelos professores e colegas de classe, a oralidade predomina sobre as informações socializadas em sala de aula nas quais não são compartilhadas por alunos surdos. Isso faz com que eles não tenham acesso aos conteúdos acadêmicos, dificultando seu aprendizado e sua produção nas avaliações (FERNANDES, 2012).



O uso de recursos visuais é fundamental para a compreensão da língua portuguesa, acompanhados de uma exploração contextual de conteúdo em estudo. Para a aquisição da língua portuguesa, é necessário que o professor estimule permanentemente o aluno, provocando-o a encarar desafios, assim como, fazer uma avaliação do seu desenvolvimento continuamente para garantir que conheçam os avanços do aluno surdo e para que ele possa redefinir o planejamento, se for necessário (KUBASKI ; MORAIS, 2009).

## **4 METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA**

### **4.1 Local Pesquisado**

Pesquisa foi realizada em duas escolas urbanas municipais de Ariquemes. A primeira instituição encontra-se um pouco afastada do centro da cidade e a outra na periferia. A escolha dessas escolas se deu por ser em duas das dezenove instituições que favoreceram a pesquisa com salas inclusivas com alunos surdos na Educação Infantil. A escolha por essas duas escolas justifica-se pelo perfil da pesquisa contém salas inclusivas com alunos surdos na educação infantil.

### **4.2 Participante da Pesquisa**

Foram convidados a participar da pesquisa para coleta de dados quatro funcionários que trabalham em duas escolas que estavam diretamente envolvidas com alunos surdos e ouvintes. Sendo elas, duas professoras que atuam na educação infantil em sala inclusiva com alunos surdos e ainda as duas Tradutoras/Intérprete de Libras-Portuguesa que acompanham os alunos surdos em sala de aula, sendo uma da escola afastada da cidade e a outra na periferia.

### **4.3 Instrumento da Pesquisa**

Quanto ao questionário este foi um pouco diferenciado, contendo algumas perguntas específicas para as professoras regentes de sala inclusiva com alunos surdos e o outro direcionado para os intérpretes que atuam nesse ambiente. A temática central do questionário para professores da sala de recursos foi a inclusão dos alunos surdos na educação infantil.

Por uma questão de ética os nomes das instituições de ensino e dos participantes da pesquisa foram preservados e por isso os professores foram

classificados como P-A e P-B. E as tradutoras/Intérpretes ambos atuantes no Pré-II da instituição A TILSP-A, Pré-II da instituição B, TILSP-B.

#### **4.4 Procedimentos**

O início da pesquisa se deu através de uma carta de apresentação e pedido de autorização às Instituições. Após a liberação da pesquisa fui apresentada as professoras e as Intérpretes no qual foi possível o agendamento das datas para possíveis entrevistas e observações.

De acordo com o cronograma de aula das Instituições no mês de Julho, incluindo recesso, foi reservado parte do mês de julho e início do mês de agosto para entrevistas e as observações. As entrevistas tiveram duração de aproximadamente 25 minutos com cada uma das entrevistadas, de acordo com a possibilidade de cada uma.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Levando em consideração o caráter investigativo desta pesquisa de campo, serão apresentados e analisados os dados colhidos através entrevistas semiestruturadas aplicadas as duas Professoras e as Tradutora Intérprete de LIBRAS/Português-TILSP, sobre suas contribuições para as práticas pedagógicas sobre o processo de inclusão de alunos surdos na rede municipal de ensino matriculados na educação infantil.

Com o objetivo de facilitar as análises das respostas, estabeleceram três categorias, onde as respostas dos questionários e as entrevistas foram agrupadas conforme os fatos analisados.

### **5.1 Análise e Discussões a Partir das Informações dos Professores Regente**

No início da pesquisa foi questionada as professoras o nível de sua formação.

Como resposta tivemos o seguinte dados. As professoras regentes envolvidas são todas graduadas em Pedagogia e pós graduadas em Psicopedagogia. Nota-se que a formação em nível superior é um fator essencial para a atuação do professor na educação infantil.

Quando questionadas se em sua formação houve preparo para atender alunos surdos, P-A e P-B responderam que sim, porém a formação que receberam na graduação não é insuficiente, pois apenas um semestre e uma carga horária mínima não supre as nossas necessidades básicas e essenciais para atender alunos surdos. É necessária uma formação continuada e direcionada as especificidades dos alunos.

Podemos observar que nos comentários acima das professoras, há uma certa preocupação quanto ao nível de formação. Atualmente nas Universidades ou Faculdades em todo o Brasil, a disciplina de LIBRAS é obrigatória nos curso de Licenciatura, mas em momento algum há uma obrigatoriedade quanto a carga horária destinada a essa disciplina. Deste modo uma carga horária de apenas

quarenta (40) horas, ou oitenta (80) não atende as necessidade que propiciarão conhecimentos aos futuros professores Pedagogos (BRASIL, 2005). Deste modo professores que atendem alunos surdos devem buscar cursos de formação continuada em Instituições públicas na área da Língua de Sinais para que possam assegurar um ensino de qualidade aos seus alunos surdos.

Em relação ao tempo de atuação das professoras com alunos surdos em sala inclusiva:

P-A relatou que é professora há dois anos com o mesmo aluno, porém no primeiro ano trabalhou sem a presença da TILPS em sala de aula, mas no segundo ano a escola recebeu a TILPS para dar suporte ao alunos surdo em sala.

Para P-B, ser professora de surdo é uma experiência bem recente, há apenas cinco meses. Nunca tive um momento em sala de aula como esse.

Ao analisar a resposta das professoras, observa-se que elas recebem esses alunos e após a inserção dos mesmos em sala de aula a escola toma a iniciativa de buscar suporte, (TILPS), para auxiliar os alunos surdos. Quando surge a necessidades de profissionais capacitados para atenderem estudantes surdos, nem sempre há professores com conhecimentos básicos para atuar nessa área. Neste sentido o Decreto 5.626/2005, determina a obrigatoriedade das Instituições terem em seus quadros professores com formação específica na área de LIBRAS, para que a escola possa receber os alunos em sala de aula e proporcionar um atendimento na língua materna do aluno surdo, a LIBRAS.

Ao ser indagada se fez algum curso específico para trabalhar com esses alunos:

P-A respondeu que sim. Participou de um curso de LIBRAS com a duração de quarenta (40) horas na Universidade Federal de Rondônia – UNIR, porém não prosseguiu na próxima etapa por falta de tempo, mas reconhece que precisa ingressar nos cursos de LIBRAS.

Para P-B que iniciou a experiência com surdo ainda neste ano de 2016, está cursando LIBRAS nível – I, oitenta (80) horas no Centro de Educação e Ensino de Jovens e Adultos- CEEJAR.

Com base em seus comentários supracitados, as duas professoras reconhecem a importância do aprendizado da LIBRAS para atuarem com seus alunos em sala. Porém, no exemplo da P-A, há um maior tempo de atuação com

surdos, mas a participação em curso de LIBRAS foi mínima comparado com o tempo de atuação em sala de aula. Professores de alunos surdos precisam aproveitar oportunidades para se apropriar dessa língua e atuar como mediador da aprendizagem ao contribuir para a real inclusão de seus alunos. Logo percebemos

a ação imediata de P-B, ao participar do cursos de formação continuada ofertados no município de Ariquemes.

Em relação ao fator língua, as professoras foram indagadas sobre a forma de comunicação que utiliza com seu aluno surdo:

P-A respondeu que utiliza mistura de português oral e sinais devido o seu aluno surdo está em processo de transição e não saber todos os sinais.

P-B disse que só LIBRAS pois ele já sabe diversos sinais, fato esse que seus pai

Ao observar a resposta da P-A, percebe-se uma comunicação fragmentada entre professora e aluno. O fato dele não possuir uma língua construída na modalidade oral ou de sinais, gera muitos problemas e dúvidas em alguns momentos no processo de ensino aprendizagem. Deste modo P-A lança mão de quaisquer recursos na tentativa de comunicar e ensinar usando gestos, sinais e fala ao mesmo tempo, mas parece acreditar que foi compreendida.

Nesse exemplo acima, caso a professora participasse de formação continuada em LIBRAS, a relação de comunicação com o seu alunos faria a total diferença. Deste modo a criança não consegue ser entendida ou se fazer entender por não saber sinais e quando na verdade é a professora que não domina LIBRAS, e se contenta com o sistema de comunicação fracassado que não contribui para avanços significativos. Diferentemente das aulas da P-B, onde ela se comunica através da LIBRAS, sinais que está aprendendo em cursos de LIBRAS, demonstrando assim a sua preparação e dedicação em relação ao seu aluno.

Percebe-se que a comunicação ainda hoje é uma grande obstáculo para o acesso dos surdos no processo educacional, pois a grande maioria da sociedade desconhece a Língua de Sinais, língua materna do surdo. Impedimento esse que

se pretende romper através da difusão da LIBRAS em todo ambiente social ( DILLI, 2010).

Com o intuito de identificar o grau de participação do aluno surdo em meio aos alunos ouvintes:

P-A respondeu que a participação do estudante em sala é muito boa, bastante participativo em todas as atividades e sua forma de se comunicar com ela é através gestos e LIBRAS.

P-B disse que sua participação é excelente, devido seu estudante nascer em um lar de surdos (Mãe e Pai), que dominam a LIBRAS. Logo sua comunicação ocorre de forma natural e muito bem através da LIBRAS sem nenhuma dificuldade.

No primeiro exemplo acima, P-A demonstra uma positividade em relação a comunicação excluído de muitas atividades. Mesmo sendo participativo nas aulas, as informações não são repassadas pela TILPS, em sua totalidade, não recebe as informações na íntegra como os demais alunos. Ser participativo envolve questões de interação linguística, momento para o aprendizado da LIBRAS, na qual essa ausência dificulta o processo. Em relação a P-B, um fator que contribui para o processo comunicativo em relação a professor e aluno é ele nasceu em uma família fluente em LIBRAS, utiliza-a em sala de aula, participa de todas as atividades obtendo todas as informações adequadas para a sua faixa etária através da professora regente e TILPS.

Em relação ao ensino de LIBRAS, as professoras foram questionadas se há na escola esse momento e quem participa:

P-A respondeu que na Instituição em que atua, não há esse momento para o ensino de LIBRAS, mas seria bom se fosse ofertado.

P-B respondeu que esse momento acontece na Instituição e a TILPS é responsável pelo ensino. Essa intérprete participa de formação continuada em LIBRAS repassando assim aos demais funcionários interessados da instituição. Quanto ao ensino de LIBRAS destinado ao surdos, ocorre somente em sala de aula com a presença dos estudantes ouvintes, surdo e professora regente. Não há um horário específico para o ensino de LIBRAS no contraturno, pois a TILPS atua no horário oposto em outra Instituição.

Para que o aluno surdo desenvolva seu aprendizado em LIBRAS, é de direito que ele tenha além do professor regente e TILPS, a presença do Professor ou Instrutor surdo para que o aprendizado da LIBRAS ocorra naturalmente. Essa modalidade de ensino foi observada nas duas instituições pesquisadas, ou seja, o município de Ariquemes não conta com esse profissional para mediar o ensino de LIBRAS nas escolas. No caso da escola da P-B, um fator a considerar é que a TILPS propicia um momento rico de ensino da LIBRAS em sala de aula, porém o ensino de LIBRAS para o estudante surdo não está de acordo com a legislação vigente, onde estabelece o direito do surdo ter um professor surdo que auxilie desde a educação infantil acesso os conteúdos pedagógicos e gramaticais específicos em LIBRAS (BRASIL, 2005).

Em sala inclusiva com alunos surdos, mesmo com a presença de intérprete de LIBRAS, professoras regentes foram indagadas: sabendo que a forma da escrita de um surdo é diferente de um aluno ouvinte, como ocorre o processo de ensino na modalidade escrita para surdos?

P-A e P-B responderam que na educação infantil trabalham com letras e números. Nessa etapa não há escrita formalmente. Em relação aos surdos, tentam adaptar de forma compreensível utilizando o alfabeto manual em libras, escrita e o visual. Procuram considerar os saberes de cada criança adaptando a sua forma de ensino para cada momento.

Um fator importante é que ambas utilizam o alfabeto manual em LIBRAS, que é uma representação visual do alfabeto em língua portuguesa para a comunicação dos surdos. Nesse momento não é possível perceber a diferença na escrita entre surdos e ouvintes, conforme destacado pelas professoras, pois o ensino nessa etapa está pautada apenas no seu próprio nome. Quanto ao uso do alfabeto manual e o escrito não proporciona ao surdo conhecimento necessários para a educação infantil. Todo o conteúdo ensino deve ter como suporte a Língua de Sinais. Isso é bem destacado nas palavras de Quadros (2007), onde afirma que desde a educação infantil, a criança surda precisa ter acesso aos conhecimentos primeiramente em sua língua materna e posteriormente na língua oficial do país, mas especificamente na modalidade escrita.



Conforme a Lei Nº. 10.436/2002, a LIBRAS é uma língua visual-espacial. Sabendo que o surdo é visual, indagamos a respeito de que materiais e métodos de ensino as professoras utilizam no processo ensino em sala de aula:

Tanto a P-A quanto P-B responderam que trabalham com recortes, figuras desenhos, imagens coloridas e atividades impressas com o auxílio da TILPS, utilizando assim um método visual. Esse visual é utilizado diariamente na educação infantil.

Na sala de aula durante a observação, P-A, propôs uma atividade aos alunos sendo necessário realizar algumas adaptações para que o surdo participasse das aulas. Enquanto a professora contava as histórias oralmente para os ouvintes, o surdo manuseava o mesmo livro com diversas figuras. Em alguns momentos ela usava também a comunicação gestual. Em relação a P-B é notável seu domínio com a língua de sinais e a interação com o surdo através da TILSP no desenvolvimentos das atividades em sala mesmo com o uso do visual.

Pensar em um ensino eficiente, é extremamente necessário que o professor busque estratégias diferenciadas que condiz com o modo de aprendizagem do e que estratégias equivocadas podem gerar uma deficiência no aprendizado do aluno surdo (FARIA, 2006).

Ao serem questionadas sobre o desempenho do aluno em sala e se consegue acompanhar o ritmo da turma em relação aos conteúdos:

P-A e P-B, responderam que seus alunos surdos apresentam um bom comportamento, desenvolvem muito bem as suas atividades igualado as crianças ouvintes e o seu desempenho é muito bom.

Após as observações notei que os alunos surdos das escolas são bastante dedicados, bem concentrados ao realizem os exercícios propostos. E na maioria das vezes finalizam as atividades com antecedência. Um fato interessante que me chamou atenção ocorreu na sala de aula onde o aluno da P-B consegue identificar o nomes de todos os alunos da sala através das fichas, entregando-as para cada aluno. Essa facilidade de concentração na escrita favorece a identificação dos nomes com os colegas. Diferentemente dos alunos ouvintes que

dispersam com facilidade ao desenvolver as atividades propostas, pois o ambiente ouvinte propicia sons que impede a sua real concentração.

Ao questioná-las se os alunos surdos participam de um acompanhamento em sala de recursos (multifuncionais), com a equipe de apoio no contraturno:

P-A e P-B responderam que não há profissionais para realizar esse momento com os alunos.

Para P-A, não há um profissional com especialidade na escola e quem poderia fazer esse trabalho seria a tradutora/interprete, que no contraturno atua todas as tardes como cuidadora de outra criança.

P-B falou que não ocorre esse atendimento, pois ele já sabe libras e no Pré-II, Educação Infantil, não há necessidade desse momento.

Segundo o Decreto Nº. 5.626/2005, no Art. 14, destaca a obrigatoriedade em ofertar, desde a educação infantil, o ensino da Libras. Percebe-se que os alunos precisam desse atendimento pois quando chegam as escolas nas maiorias das vezes, não conhece a Língua Brasileira de Sinais, no qual dificulta o processo de inclusão. Quanto ao aluno da P-A, o mesmo necessita urgentemente desse atendimento, pois a compreensão dos demais conteúdos depende dos conhecimentos adquiridos em sua primeira língua, a LIBRAS. Caso isso não aconteça acarretará um atraso no seu desenvolvimento linguístico.

O papel do intérprete se faz essencial para intermediar a comunicação e a transmissão de conteúdos para o aluno surdo em sala de aula. No Atendimento Educacional Especializado – AEE, o aluno recebe apoio educacional complementar ao da sala de aula, o que irá proporcionar maior interação e socialização do aluno com os conteúdos. Deste modo a TILPS, não pode substituir a função do professor especialista que ofertará o atendimento no contraturno ao aluno.

Ao perguntá-las, se elas perceberam alguns avanços em relação a aprendizagem/participação das crianças surdas em suas aulas com a presença das tradutoras/intérpretes de LIBRAS:

P-A respondeu que com a presença da TILPS na sala de aula, houve um avanço no desempenho do aluno. Pois o contato com a TILPS possibilitou aprender vários sinais, passou a interagir

melhor com os colegas e teve um excelente rendimento nas atividades.

Para P-B a presença da TILPS em sala regular, proporcionou de forma significativa a interação do surdo com todos os envolvidos no processo de aprendizagem na escola.

O papel do intérprete de Libras na Educação é de intermediar a comunicação entre o aluno surdo, professores e colegas de sala. Desta forma seu papel não pode ser confundido com o do professor regente da turma. Na maioria das vezes os avanços acontecem mas quem fica responsável pelo ensino é a TILPS. É de suma

Importância repensar na postura e nas atitudes das escolas e dos professores no que tange os métodos didáticos e pedagógicos para a escolarização dos alunos surdos, bem como na participação dos intérpretes para colaborar com esse processo de inclusão dos surdos nas escolas e na sociedade.

Conforme a Lei nº. 12319/2010, o intérprete tem o papel de intermediador no processo de comunicação entre surdos e ouvintes, em todo ambiente educacional. Ele não estabelece métodos e didáticas de ensino para estes alunos, este papel é do professor regente responsável pelo alunos em sala de aula.

Atualmente vivemos no auge do Bilinguismo, ou seja, o ensino da LIBRAS como a língua materna e o português escrito como segunda língua. As professoras foram questionadas como esse trabalho é desenvolvido na educação infantil:

P-A respondeu que o trabalho é feito de forma compreensível, está se adequando ao novo, procurando trabalhar as diferenças de cada uma criança e aprendendo junto com seu aluno surdo o ensino da libras. Também a presença da TILPS, é um reconhecimento de que o surdos tem direito de ter acesso aos conteúdos em sua própria língua. Quanto ao ensino da língua portuguesa, o ensino é baseado apenas na modalidade escrita, pois o surdos é visual.

P-B disse que trabalha de forma harmoniza, onde as crianças ouvintes são orientadas que cada um de nós têm um jeito de aprender e com ajuda de todos, devemos estar aberto para o novo, procurando aprender com os colegas a sua forma de se comunicar e interagir.

Conforme o Decreto nº. 5626/2005, sala bilíngue envolve o acesso do surdo aos conteúdos utilizando duas línguas: a língua materna, ou seja, a LIBRAS e

como segunda língua, a língua oficial do país em que reside, sendo na forma escrita. Durante as observações nota-se que nas salas de ensino regular as professoras fazem uso da LIBRAS através das TILPS e o ensino do português escrito, (nomes e números), são inseridos de acordo com os conteúdos interdisciplinar de acordo com a faixa etária, igualmente a todos os alunos.

A língua de sinais proporciona ao surdo estruturar seu pensamento através da linguagem, enriquecendo suas relações com o mundo e consequentemente tornando-os capazes para construir novos conhecimentos inclusive na modalidade escrita da língua portuguesa (DOMINGOS, 2014).

Em relação a equipe de profissionais na escola, questionou-se se elas acreditam ser suficiente para atender alunos surdos e proporcionar o que é de direito conforme a Lei 10436/ 2002 e o Decreto 5626/2005:

P-A respondeu que a instituição conta com presença do tradutor/intérprete, mas a falta de formação na área dificulta a sinalização dos conteúdos para o aluno. Até mesmo a interação da TILPS com professora regente em relação ao planejamento das aulas fica a desejar.

P-B disse que até o momento a instituição está com um aluno surdo e uma tradutora/intérprete especializada que atende a demanda da escola.

Através do comentário da professora P-A, a equipe não é suficiente para atender tal demanda. Os surdos precisam além da TILPS, a professora de língua portuguesa escrita, na qual ofertará uma proposta de ensino aos surdos levando em consideração as suas particularidades linguísticas, próprias do povo surdo. Para P-B, acredita que as demandas estão sendo supridas. Infelizmente há um desconhecimento da professora em relação a equipe de profissionais para ofertar o atendimento ao surdo. Nessa equipe temos: Professor regente com conhecimentos sobre as particularidades linguísticas dos surdos, TILPS, professor de LIBRAS e professor de língua portuguesa escrita para surdos (BRASIL, 2005).

## **5.2 Análise e Discussões a Partir das Informações dos Tradutores/Intérprete de LIBRAS-Português**

Neste momento serão apresentados os resultados obtidos através dos questionários aplicados as Tradutoras/Intérpretes de LIBRAS- Português –TILSP, que atuam nas salas de aula com os surdos e possuem as seguintes formações:

TILSP-A respondeu que tem o ensino médio completo e está cursando o primeiro período de psicologia, relatou que aprendeu Libras com uma surda através de um coral da igreja.  
TILSP-B é graduada em Letras e possui Pós-Graduação Lato Sensu em Libras, disse que tinha muito interesse pela LIBRAS, portanto levou-a buscar se especializar na área.

Observa-se que entre as TILPS, apenas uma possui formação superior em Letras e especialização em Libras, a outra Tradutora/Intérprete iniciou a graduação em outra área e conforme conversa no momento da entrevista, a TILSP-A relatou que não há nenhum interesse em fazer uma especialização na área.

O Decreto nº 5.636/2005, Art. 17, determina que a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa na educação básica deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação em LIBRAS, ou curso médio com certificação em Proficiência na Tradução e Interpretação em LIBRAS – PROLIBRAS. De acordo essa afirmativa, apenas a formação profissional da TILSP-B está em conformidade com essa Lei. A TILPS-A não possui formação para atuação, comprometendo assim a qualidade do ensino ministrado em sala e aula, e até mesmo o seu desinteresse em buscar qualificação.

Ao serem questionadas sobre o tempo de atuação como Tradutoras/Intérpretes de Libras na educação básica, a TILSP-A: quatro meses e a TILSP-B: cinco meses.

Nessa profissão, anos de experiências e certificação que as qualifique, é um dos requisitos necessários para o bom desempenho do Tradutor/Intérprete. Em relação à área de atuação, há diversos ambientes que o profissional pode atuar. Dentre eles, temos o religioso, educacional, serviço público, e demais

departamentos. Em conversa com a TILPS-A, que apresenta pouca experiência na área da educação, há uma longa caminhada em relação a interpretação em outros ambientes na qual adquiriu fluência na libras no momento da sinalização além de contato com surdos em outros locais. Diferente da TILSP-B que teve contato com a LIBRAS apenas na especialização, mas busca meios de se interagir com surdos em diversos momentos apresentando uma excelente fluência na LIBRAS.

Ao perguntá-las, se fizeram algum curso específico para trabalhar com surdos na interpretação:

TISP-A respondeu que não fez e nem faz curso em libras quando ocorre algumas dúvidas recorre a vídeos de internet.  
TILSP-B participar do segundo curso de extensão em LIBRAS na UNIR, com uma carga horária de oitenta (80) e ainda pretende fazer mais alguns para se qualificar.

No Decreto nº 5.626/2005, em seu capítulo V, art. 18, regulamenta que a formação do intérprete e tradutor de Libras – Língua Portuguesa, deve ocorrer em cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária ou cursos de formação continuada. Observa-se que a TILSP-A não se enquadram nesse artigo, não tem curso de formação profissional, aprendeu Libras com uma surda na igreja.

Essa intérprete trabalha no serviço público completamente em desacordo com a legislação vigente. Faz-se necessário um questionamento sobre a atuação dessa Tradutora/Intérprete no serviço público: quais são os critérios de seleção da instituição pública que a contratou, sem apresentar certificado de curso de formação profissional? Situações como essa ocorrem por falta de profissionais qualificados para atender a demanda e/ou, em pior caso, a falta de responsabilidade do agente público que a contratou. Acarretando assim prejuízos ao desenvolvimento linguístico e educacional dos surdos.

As TILSPS foram questionadas sobre a aceitação e colaboração dos professores com sua presença em salas inclusivas na educação infantil:

As TILPS responderam que a aceitação foi ótima, facilitando assim o melhor desenvolvimento das aulas e no planejamento as sugestões das TILPS são bem-vindas.

Sendo assim, o Decreto nº. 5.626/2005 em seu Art. 24 descreve que os TILPS ao atuar em sala de aula devem “viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas”. Segundo as observações feitas percebe-se que as TILSP-A e a TILSP-B interagem bem em diversos momentos com P-A, P-B. Isso ocorre devido ao seu bom desempenho de sua função em sala de aula. Ao interpretar os conteúdos em LIBRAS, a aula ocorre naturalmente com todos os alunos possibilitando uma aula mais avançada, com muita interação, ensino bem dinâmico e acessível a todos.

Foram indagadas as TILSPS o comportamento e o grau de participação dos alunos surdos com suas presenças em sala de aulas:

TILSP- A o comportamento do aluno surdo é excelente, mas quanto a participação do aluno nas atividades ele recorre a intérprete para tirar dúvidas em relação as atividades, pedir para ausentar da sala, tais como: (beber água, ir ao toalete, dentre outros).  
TILSP-B respondeu que seu comportamento é excelente. Também em relação as atividades o surdo sempre recorre a TILSP para se fazer entender.

Ao analisar as respostas das TILSPS foi possível perceber que de fato ambos têm um excelente comportamento são bastante participativos, porém tanto o aluno surdo da escola A, quanto o da B, recorre primeiramente as TILSPS para fazer os atendimentos. Esse comportamento dos alunos é natural, pois querem ser compreendidos assim como os alunos ouvintes. Nesse momento um fator que deve ser levado em consideração é que na sala de aula o surdo é aluno como os demais da professora regente, não da TILPSP. Neste caso, a TILPS tem o dever de orientar o aluno a recorrer a professora em sala de aula como os demais alunos. Agindo assim de acordo com a Lei 12.319/2010, que define a postura e conduta adequadas dos TILPS aos ambientes que exerce sua profissão.

Em relação ao fator língua, as TILSPS foram indagadas sobre a forma de comunicação que utiliza com seu aluno surdo:

TILSP-A disse que se comunica através de mistura de português oral e sinais devido ele está, em processo de transição não há como utilizar só sinais, pois vem de uma família de ouvintes.

TILSP-B se comunica só através da libra devido ele vir de uma família de surdos, na qual todos sabem LIBRAS.

Ao fazer as observações percebi que TILSP-A se comunica com seu aluno surdo através de mistura de português oral e sinais, há uma dificuldade muito grande entre sua comunicação entre os surdos e a TILPS. Fato esse observado no modo de agir em sala de aula, em que a falta de formação em LIBRAS gera um despreparo ao lidar com esse aluno, pois acaba sendo impaciente e na maioria das vezes ele perde muito conteúdo referente a aula, além das informações que não são repassadas adequadamente como as músicas, histórias e demais atividades didáticas. Nas observações, percebe-se que a TILSP-B realmente se comunica através de sinais e há uma grande preocupação em repassar os conteúdos como música, história. Esse esforço da TILPS é percebido no momento da aula em que tudo é compartilhado com o aluno surdo e alunos ouvintes.

Em relação ao ensino de LIBRAS, as TILSPS foram questionadas se há na escola esse momento e quem participa:

TILSP A respondeu que não há nem um momento para o aprendizado da libra porque ela não sabe todos os sinais e os professores das instituições não tem interesse em participar e aprender.

TILSP-B disse que sim através de uma formação continuada em libras desenvolvida por ela, onde todos os funcionários da escola são convidados a participar e também em sala de aula para os alunos ouvintes.

Ao observar e interagir com alguns professores da escola, percebi que alguns funcionários da escola A realmente não tem interesse em aprender libras, e a TILPS que poderia proporcionar uma formação os servidores e principalmente o ensino de LIBRAS ao aluno em sala de aula, não tem formação



para exercer tal função. Diferente da escola A, na escola B as professoras e os funcionários têm bastante interesse estão sempre interagindo com TILSP-B, faz pergunta a ela sobre alguns sinais e tenta se comunicar com o aluno surdo através das libras em sala de aula como também nos intervalos.

As TILSPS foram indagadas sobre a forma da escrita de um aluno surdo, se é diferente de um aluno ouvinte e como ocorre o processo de ensino na modalidade escrita em relação a eles:

TILSP-A respondeu que é normal no momento está sendo frisado é o seu próprio nome o alfabeto e os números, as vezes a escrita dele é muito melhor do que os alunos ouvinte.

TILSP- B disse também que é normal, não tem diferença dos alunos ouvintes no momento está trabalhando com ele o próprio nome e os números.

Nas observações percebi que o aluno da escola A, já conhece as letras do alfabeto, escreve o seu nome sem olhar e conhece alguns números. Em relação a sua escrita é normal não tem diferença dos alunos ouvintes. Quanto ao aluno da escola B, ele escreve seu nome, mas precisa olhar na ficha individual em sua frente. Dessa forma a escrita é normal, sem erros e não há diferença entre as escritas dos ouvintes que estão na mesma faixa etária.

Conforme a Lei Nº. 10.436/2002, a LIBRAS é uma língua visual-espacial. Sabendo que o surdo é visual, indagamos a respeito de que materiais e métodos de ensino as professoras utilizam no processo ensino em sala de aula:

TILSP-A e TISP-B responderam que a professora utiliza imagem coloridas, texturas, atividades empresas, recortes, colagem e pinturas, mas em relação aos sinais em LIBRAS, ela fica responsável por buscar as imagens e colar na atividade do surdo.

Ao realizar as observações percebi que há uma preocupação por parte das tradutoras/interpretes referente os materiais visuais diferenciados. As duas professoras utilizam o visual, que é próprio da educação infantil, mas há uma necessidade dos conteúdos serem repassados com os sinais em LIBRAS nas atividades impressas a todos os alunos, não apenas aos ao aluno surdo. É

através da libras que o surdo tem essa contato com o visual e abre a possibilidade para o aprendizado da língua portuguesa escrita.

Os métodos de ensino constituem-se como fator de grande importância no processo de escolarização dos alunos surdos, pois através destes métodos é que o professor poderá estabelecer os recursos necessários para efetivar o aprendizado dos seus alunos.

As TISPS foram questionadas se os alunos surdos participam de um acompanhamento em sala de recursos (multifuncionais), com a equipe de apoio no contraturno:

TILSP A respondeu que não. Segundo ela, no período oposto, trabalha como cuidadora. A TILSP-B disse também que não faz esse atendimento, pois o Pré- II não precisa desse momento, visto que ele conhece todos os sinais. Caso fosse necessário não há profissionais disponíveis para realizar esse acompanhamento.

Conforme o Decreto nº. 5.626/2005, as Instituições devem prover o profissional de LIBRAS para atender os alunos surdos. Na educação infantil é o momento ideal e necessário para que as crianças tenham acesso a Língua de Sinais. Caso isso não aconteça o desenvolvimento linguístico fica comprometido. Fato esse observado na escola A. As escolas precisam ter em seus quadros, funcionários que atendam os surdos na interpretação em sala de aula e que esse atendimento seja ofertado no horário oposto.

Ao indagá-las se perceberam alguns avanços em relação à aprendizagem/participação das crianças surdas com suas presenças em salas de aulas:

TILSP-A respondeu que sim em ele deu uma evoluída principalmente em casa. Antes era só gestos, hoje os pais estão aprendendo com ele, quando aprende um sinal diferente passa para os pais, já aprendeu vários sinais e inclusive a mãe está participando de curso de LIBRAS.

TILSP-B disse que ouve avanços além dos sinais, pois a sua presença na sala no momento da interpretação, os alunos ouvintes aprenderam a não atrapalhar o surdo enquanto interpreta. Aprenderam ainda a respeitar o modo como o surdo participa nas brincadeiras e juntos sempre procuram interagir no ambiente escolar.

Nota-se que após a presença da TILSP na escola A o aluno surdo começou a participar das atividades de sala com maior frequência, avançou no aprendizado aprendeu vários sinais em libras que possibilita comunicar com sua família de forma mais compreensível. Já o aluno surdo da escola B, quando ele foi matriculado, a TILSP estava presente, junto com a professora regente. Deste modo a escola sempre está empenhada em ofertar um ensino de qualidade a todas as crianças.

Em relação a equipe de profissionais na escola, foram averiguadas se acreditam ser suficiente para atender alunos surdos e proporcionar o que é de direito conforme a Lei 10436/2002 e o Decreto 5626/2005:

TILSP-A disse que não é suficiente pois a escola não tem um profissional formado e especializado com conhecimento em libras, há uma carência muito grande em relação esse profissional. TILSP-B respondeu também que não é suficiente, pois a escola possui apenas uma TILSP no período vespertino, com impossibilidade de prestar o recurso ao aluno em horário oposto, devido a decisão da Secretaria Municipal de Educação- SEMED.

Conforme o Decreto nº. 5.626/2005, em seu Art. 14, as Instituições precisam prover em seus quadros, profissionais para atender esses alunos que incluem:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas;
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos.

Silva (2009) afirma que a inclusão social de pessoas surdas, tem como objetivo participar efetivamente, numa organização das escolas tendo três critérios: a interação por meio da língua de sinais, a valorização de conteúdos escolares em relação conteúdo-cultura surda. Embora a inclusão escolar muitas vezes seja apontada como um dos meios para se chegar à inclusão social, verificar que nas escolas “inclusivas” estes critérios não são observados: não existe interação por meio da língua de sinais, uma vez que professores e alunos

ouvintes não são fluentes em LIBRAS, o aprendizado fica prejudicado, a cultura surda não é levada em conta, prevalecendo nestas escolas culturalmente ouvintista.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das realizações da pesquisa pode perceber precariedade da inclusão e a necessidade de um investimento e incentivos através de políticas públicas e ações que promovam a formação de profissional de tradutores/intérpretes em nível superior e professor regente de sala regular. Quanto ao nível de formação dos tradutores/intérpretes, não atende qualificação regulamentado no Decreto nº 5.635/2005, os intérprete que atua em sala de aula não possui formação de tradutor/intérprete de libras por meio de cursos superior e não possui o certificado de proficiência- PROLIBRAS. Muitas vezes possui o desejo de desenvolver um bom trabalho como intérprete porém não recebeu preparação adequada.

Evidenciou - se nessa pesquisa um caso de uma tradutora/intérprete interpretar no serviço público não possuir nem uma graduação nem cursos profissionalizantes. Por outro lado, o alto nível motivacional das intérpretes para se atualizarem no que depende do interesse caso haja oportunidade alcançarão formação superior conforme a demanda da legislação. A carência de formação exigida por esse profissional vem sendo compensada por muito esforço pessoal, e diversidade de cursos de formação que demandou ao longo de preparação dada a quantidade de cursos.

Conclui-se que apesar dos professores envolvidos não tem o total domínio da libras, todos concordam que está é a fundamental importância para o desenvolvimento integral dos alunos surdos que não utilizam da linguagem oral como forma de comunicação. São da opinião de que a língua de sinais atua como facilitador do aprendizado da língua portuguesa, senão na modalidade oral escrita contribuindo para o melhor desempenho dos alunos em suas perspectivas disciplinas.

Diante disso, entende-se que o processo de inclusão de alunos surdos na perspectivas de ambiente de aprendizagem em contexto em uma sala em uma sala regular ainda estão em fase de implantação. Atualmente, os alunos surdos estão sendo incluídos em escolas com as carências de salas apropriadas, com recursos visuais intérpretes e professores preparados e motivados para o

desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que atendam todos os alunos em suas peculiaridades educacionais.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A. **Surdos & Inclusão Educacional**. Rio de Janeiro. Editora Arara Azul, 2010.

ALVEZ, C. B. A Educação Especial na Perspectiva da **Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**, Brasília: Ministério da Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Dicionário oficial da União, Brasília, 22 dez. 2005. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) acesso em 10/06/2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil), acesso em 29/06/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e da outra providencia. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm). Acesso em 14.06.2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 12.319, de 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato/20072010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato/20072010/2010/Lei/L12319.htm). Acesso em: 14.06.2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e das outras providências. Disponível em [www.planalto.gov.br/\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em 11/06/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 16 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em 11/06/2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br /ccivil\\_03/Constituição /principal.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/principal.htm). Acesso em 26/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 2**. Instituição Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, II set.2001. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) acesso em 26/05/2016.

\_\_\_\_\_. **[Plano Nacional de Educação (PNE) ]**. Plano Nacional de Educação fr2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) acesso em 11/06/2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **(Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 4)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRITO, L.F. **Integração social & educação de Surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira-LIBRAS**. 3. ed. São Paulo: 2013. Sinais de M a Z Ed. da Universidade de São Paulo, 2013.

COSTA, D.A.F. **Fracasso escolar: diferença ou deficiência?** 2003. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/entrevistas/entrevista.asp?entrid=84>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

DAMÁZIO, M. F. M. **Deficiência Auditiva**. São Paulo: MEC /SEESP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.



DILLI, K. S. **A Inclusão do Surdo na Educação Brasileira**. 2010, 83 f. Monografia (Bacharel em serviço social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

\_\_\_\_\_. **Educação bilíngue para surdos: desafios à inclusão**. Texto Elaborado para o 4º Encontro: Grupo de Estudos – Educação Especial. 2006. Governo do Paraná, Departamento de Educação Especial. Disponível em: [http://www.8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/grupo\\_estudo\\_surdez\\_dewwq12006.pdf](http://www.8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/grupo_estudo_surdez_dewwq12006.pdf). Acesso em: 09 jun. 2016.

DOMINGOS, M.C.S. A Inclusão do Aluno Surdo da Educação Infantil no Ensino Regular. **Revista Virtual de Cultura**, n. 14, 2014. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/revista/edicoes-revista/edicao-14>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FELIPE, T.A. “Introdução à gramática da LIBRAS”. In: **Brasil, Educação Especial- Língua Brasileira de Sinais**. v. 3. Brasília: Secretaria de Educação Especial, SEESP, 1997.

FERNANDES, S. **Educação de Surdos**. Curitiba: Ed. Intersaberes; Série Inclusão Escolar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Práticas de letramentos na educação bilíngue para surdos**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná. SEED / SUED / DEE, 2006.

FERREIRA, A, B. **Novo dicionário Aurélio Buarque da língua portuguesa**. - 3.ed.- Curitiba: Positivo, 2004.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editora, 2009.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem, cognição, numa perspectiva Integracionista**. 7. ed. São Paulo: Plexus, 2012.

GOTTI, M. Desafios de transformar em prática a Lei da LIBRAS regulamentada. In: **Congresso Surdez: família, linguagem e educação**. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 2006.

KUBASKI, C; MORAES, V, P. **O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas**. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia 26 a 29 de outubro de 2009-PUCPR.

LACERDA, C.B. F; LODI, A.C.B. (Org.). **Uma escola duas línguas**: Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

PIMENTA, N. e QUADROS, R. M. **Curso de Libras I**. (DVD) LSB Vídeo: Rio de Janeiro. 2007.

PEREIRA, C.[ et al]. **LIBRAS**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.

MOURA, D, R. **O uso da Libras no Ensino de Leitura de Português como segunda língua para Surdos**: Um estudo de caso em uma perspectiva bilíngue.2008,117f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de São Paulo. 2008.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Estudos Linguísticos**: a língua de sinais brasileira. Editora ArtMed: Porto Alegre, 2007.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

REIS, F. Professores Surdos: Identificação ou Modelo? In: QUADROS, R; PERLIN, G. (Org.). **Estudos Surdos II** (Séries Pesquisas). Petrópolis – RJ: Editora Arara Azul, 2006.

SANTOS; GURGEL, **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação /FAPESP, 2009.

SILVA, M. C. Da. **A inclusão do aluno Surdo no ensino regular na perspectiva do professor de classes inclusivas**. Recife. PE: FSH – Faculdade Santa Helena. 2009.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura**. 3.ed.rev.- Florianópolis: Ed. da UFSC,2013

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DAS ESCOLAS

#### **QUESTÕES PARA ANÁLISE: PROFESSOR REGENTE**

1. Qual o seu Nível de Formação (Graduação/Pós-Graduação)?

---

---

2. Em sua formação teve preparo para atender alunos surdos?

---

---

---

3. Há quanto tempo trabalha com alunos surdos em sala inclusiva?

---

4. Fez algum curso específico para trabalhar com esses alunos? Em caso positivo, qual foi a carga horária?

---

---

5. Qual é a forma de comunicação que utiliza com o seu aluno surdo?

( ) LIBRAS    ( ) Gestos    ( ) Mistura de português oral e sinais  
( ) Mímica    ( ) Outros. \_\_\_\_\_

6. Qual o grau de participação do aluno em suas aulas?

---

---

---

7. Há na escola um momento para o aprendizado da LIBRAS? Quem participa desse processo de ensino e como?

---

---

---

8. Sabendo que a forma de escrita de um surdo é diferente de um aluno ouvinte, como ocorre o processo de ensino na modalidade escrita em relação a ele?

---

---

---

9. Sabendo que o aluno surdo é visual, que materiais e métodos de ensino utiliza no processo de ensino em sala de aula?

---

---

---

10. Você acha que o aluno surdo acompanha a classe, tem um desempenho satisfatório em comparação com os alunos ouvintes da turma? Exemplifique.

---

---

---

---

---

11. O aluno surdo tem o direito de um acompanhamento com a equipe de apoio no contraturno. Como ocorre esse atendimento?

---

---

---

12.Você percebeu algum avanço com relação à aprendizagem/participação das crianças surdas em suas aulas devido a presença do intérprete de LIBRAS? Quais?

---

---

---

---

13.Em relação a equipe de profissionais na escola, acredita ser suficiente para atender alunos surdos e proporcionar o que é de direito conforme a Lei 10436/2002 e o Decreto 5626/2005?

---

---

---

---

## APÊNDICE B- ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS INTÉRPRETES DAS ESCOLAS

### **QUESTÕES PARA ANÁLISE: INTÉRPRETE DE LIBRAS**

1. Qual a seu Nível de Formação (Graduação/Pós-Graduação)?

---

---

2. Há quanto tempo atua como intérprete de LIBRAS na educação?

---

---

3. Participa de algum curso específico de Interpretação em LIBRAS?

---

---

---

4. Como foi aceitação/colaboração dos professores com sua presença em sala de aula inclusiva, mais especificamente na educação infantil?

---

---

---

---

5. Como é o comportamento do aluno surdo em relação a sua presença em sala de aula e o grau de participação do aluno em suas aulas?

---

---

---

---

---

6.Qual é a forma de comunicação que utiliza com o seu aluno surdo? Porque?

( ) LIBRAS ( ) Gestos ( ) Mistura de português oral e sinais

( ) Mímica ( ) Outros. \_\_\_\_\_

7.Qual o grau de participação do aluno em suas aulas? Qual mecanismo de comunicação ele utiliza para questionar ou interagir com professores e alunos?

---

---

---

8.Há na escola um momento para o aprendizado da LIBRAS? Quem participa desse processo de ensino e como?

---

---

---

---

9. Sabendo que a forma de escrita de um surdo é diferente de um aluno ouvinte, como ocorre o processo de ensino na modalidade escrita em relação a ele?

---

---

---

---

10. Sabendo que o aluno surdo é visual, que materiais e métodos de ensino o professor utiliza no processo de ensino em sala de aula?

---

---



---

11. O aluno surdo tem o direito de um acompanhamento com a equipe de apoio no contraturno. Como ocorre esse atendimento?

---

---

---

---

---

12. Você percebeu algum avanço com relação à aprendizagem/participação das crianças surdas em suas aulas devido a presença do intérprete de LIBRAS? Quais?

---

---

---

---

---

13. Em relação a equipe de profissionais na escola, acredita ser suficiente para atender alunos surdos e proporcionar o que é de direito conforme a Lei 10436/2002 e o Decreto 5626/2005?

---

---

---

---